

UM ESTUDO DE CASO SOBRE O RECONHECIMENTO DO PIBID COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE NO IF SERTÃO PE

<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v6i3.29932>

Danielle Juliana Silva Martins*

Maria Madalena Dullius**

*Instituto Federal do Sertão de Pernambuco - IF Sertão PE. danielle.juliana@ifsertao-pe.edu.br

** Centro Universitário UNIVATES. madalena@univates.br

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) como uma política pública governamental voltada para a valorização e formação docente. Desde a sua criação, o Pibid vem sendo implementado em várias instituições de ensino superior, em cursos de licenciatura de diversas áreas. Nesse contexto, investigou-se se os licenciandos que participaram do Pibid no IF Sertão PE, de maio de 2010 a fevereiro de 2013, reconhecem o Programa como uma política pública de valorização e formação docente. Utilizou-se como metodologia a aplicação de um questionário on-line enviado a todos os licenciandos dos cursos de Licenciatura em Física e Química da instituição que participaram do Programa no período proposto. Tais cursos foram escolhidos por terem aderido ao Pibid desde a sua implantação na instituição. Concluímos que existe o reconhecimento do Pibid como um programa de formação docente, contudo se faz necessário refletir sobre o que é valorização docente.

Palavras-chave: política pública, valorização e formação docente, Pibid.

Abstract: A case study on the recognition of Pibid as a public policy enhancement and teacher training in the FI sertão PE. This paper proposes a reflection on the Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) as a government public policy focused on the development and teacher training. Since its establishment, Pibid has been implemented in various institutions of higher education in courses of different areas. Given this context, it was investigated whether the licensees that took part in Pibid at IF Sertão PE from May 2010 to February 2013, recognize the program as a public policy of appreciation and teacher training. It was used as methodology the application of an online questionnaire sent to all licensees of Physics and Chemistry courses of the institution that participated in the program in the proposed period. Such courses have been chosen because they are part of Pibid since 2009. We conclude that there is this recognition of Pibid as a training program, but it is necessary to reflect on what is teacher appreciation.

Keywords: public policy, appreciation and teacher training, Pibid.

Introdução

O Pibid foi criado em 2007 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Foi lançado um edital estimulando as universidades e institutos federais atuantes em

cursos de licenciaturas em Física, Química, Biologia e Matemática a elaborarem projetos voltados à inserção do licenciando em escolas públicas de nível médio, no início da graduação, para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas.

O Programa é considerado uma iniciativa do governo para valorizar e aprimorar a formação

dos docentes, tendo como atrativo a concessão de bolsas para os licenciandos, para os professores do ensino superior que atuam como coordenadores dos projetos e para os professores das escolas públicas contempladas que atuam como supervisores dos licenciandos nas atividades desenvolvidas na escola. Além das bolsas, a Portaria n. 260 (2010) que cria as Normas Gerais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e a Portaria n. 096 (2013) que aperfeiçoa e atualiza as Normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência prevê uma disponibilização de uma verba de custeio para investimento nas atividades, aquisição de material de consumo, entre outros. É importante destacar que, desde sua criação, o Pibid se expandiu pelo país, ampliando a quantidade de cursos, instituições, níveis de ensino, modalidades e estilos de projetos.

Partindo dessa perspectiva, este trabalho objetivou investigar se os alunos que participaram do Pibid no IF Sertão PE, no período de maio de 2010 a fevereiro de 2013, reconhecem o Programa como uma política pública de valorização e formação docente na região em que a instituição está inserida: cidade de Petrolina.

Contextualizando a formação docente

Nas últimas décadas do século XX, a economia mundial estava passando pelo processo de globalização. Segundo Maués (2003), em decorrência desse processo, exigiam-se trabalhadores produtivos e eficientes. Como na sociedade, naquele momento, não se formavam profissionais com este perfil, a educação passou a receber críticas sobre os conteúdos ensinados, o processo de formação docente, a estrutura pedagógica e a infraestrutura administrativa.

Mundialmente, percebeu-se que, para alavancar a economia, era necessário investir em educação. Por isso, segundo Maués (2003), instituições como a Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano (BID), Banco Mundial (BM), Comunidade Europeia (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa de Reformas Educacionais da América Latina e Caribe (Preal) mobilizaram-se para traçar políticas educacionais que atendessem às demandas desta nova sociedade que estava se

consolidando a partir das novas exigências econômicas.

Tais políticas educacionais, que foram disseminadas por esses órgãos nas últimas décadas, interessam-se em fazer da escola uma empresa, criando exigências como no mercado empresarial. Em função disso, é comum encontrarmos nas escolas metas a serem cumpridas, alunos participando de avaliações sobre rendimento, conteúdos escolhidos a partir da exigência do mercado de trabalho, bonificações quando as metas são atendidas, entre outras características que foram introduzidas nas escolas a partir dessa perspectiva mundial.

Hargreaves (2003) descreve esse momento como o período da revolução do conhecimento, ou também como sociedade do conhecimento. Na percepção do autor, antes a economia estava pautada na produção de bens, entretanto hoje está focada no conhecimento, o qual, por sua vez, é flexível, fluido, em expansão e mudança. Por isso, é importante ter um olhar cuidadoso sobre a escola, para não transformá-la em uma empresa focada em lucratividade, em mão de obra para o mercado de trabalho, mas na possibilidade de a pessoa aprender na escola, como aprende por si próprio, como ser criativo, crítico, como pensar na convivência em uma sociedade que está em constante mudança.

Neste contexto, é importante pensar no papel do professor, em como este profissional está sendo preparado para as novas demandas da escola e dessa sociedade. Maués (2003) destaca que alguns países, tentando atender às demandas de formação de professores a partir das concepções dos órgãos mundiais, fizeram uma universalização aligeirada e sem valorizar as experiências exitosas dos próprios países.

A 'universalização' ocorre fora da universidade, o que, à primeira vista, parece um contra-senso¹. Isso quer dizer que a formação é oferecida em nível pós-secundário, ou seja, superior, mas sem obedecer necessariamente aos princípios básicos que caracterizam a instituição universitária desde o surgimento, pelo menos como universidade moderna, no início do século XIX, ou seja, o ensino ligado à pesquisa, à autonomia em relação a ensino e pesquisa e à socialização dos conhecimentos. A pesquisa estaria, pois, implicitamente, vinculada à formação de

¹ Neste trabalho, foi mantida a grafia original, pois hoje escreve-se contrassenso.

professores na universidade. [...] não se trata simplesmente de transmitir um saber, mas de criá-lo (Maués, 2003, p. 100).

Sabe-se que criar uma formação para os docentes desvinculada da universidade não possibilita um aprofundamento da reflexão sobre o ato de ensinar, sobre as pesquisas na área do ensino e sobre os impactos da atuação do docente na formação do educando.

No Brasil, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 (1996), percebeu-se uma preocupação com a realização de capacitações para os docentes, tanto em nível de formação inicial, como de formação continuada. Posteriormente, o Plano Nacional de Educação (PNE), para o exercício de 2001 a 2010, ressalta a importância do investimento em vários âmbitos da educação brasileira, bem como a valorização do profissional do magistério, preconizando

[...] uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem; um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo (PNE, 2001, p. 77).

Com tais orientações, o Brasil reconheceu a importância de investir em formação inicial e continuada dos professores. No mesmo documento reconhece-se que existe na formação inicial uma dicotomia entre teoria e prática a qual precisa ser superada e que a promoção de formação continuada possibilita uma atualização em relação às demandas da sociedade, que está em constante evolução.

Diante desse novo contexto, surgem novas ações na perspectiva de formação e valorização dos professores pela Capes e pelo MEC. Nos Quadros de 1 a 9, apresentamos ações de valorização e formação docente coordenadas pela Capes.

Analisando-se os Quadros de 1 a 9, percebe-se que as ações desenvolvidas pela Capes estimulam o pensar sobre a pesquisa na área do ensino, a busca por metodologias, por estratégias que venham a ser desenvolvidas e posteriormente utilizadas, com o objetivo de melhorar a educação básica, partindo de projetos

de universidades em parceria com outras instituições e desenvolvidos nas escolas. Este olhar reforça a importância de pesquisar, estudar, compreender como é o dia a dia das diversas salas de aula existentes no Brasil.

Abaixo, apresentamos os programas de valorização e formação docente coordenados pela Capes.

Objetivo	O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) tem como objetivos inserir os licenciandos no cotidiano escolar, valorizar o magistério, incentivar a integração entre as escolas e universidades, mobilizar os professores como coformadores dos licenciandos, entre outros benefícios para a Educação Básica.
Resultados	Em 2015, no PIBID, foram concedidas 90.254 bolsas, sendo 72.845 para licenciandos; 5.698 para coordenadores institucionais, de gestão e de área e 11.717 para supervisores (professores da Educação Básica que atuam no programa); Tais bolsistas estão divididos em 313 IES.

Quadro 1: Programa Pibid. Ano de criação: 2007.

Fonte: Adaptado de Capes (2015).

Objetivo	O Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor) tem como objetivo fornecer educação superior para os professores que estão atuando na rede de ensino pública, mas não possuem nível superior, ou estão atuando em área diferente da de sua formação.
Resultados	Em 2015, estavam em desenvolvimento 194 cursos emergenciais presenciais de licenciatura, sendo 138 de Primeira Licenciatura (destinados a professores sem formação de nível superior) e 56 de Segunda Licenciatura (para professores que possuem cursos de licenciatura, mas se encontram atuando fora da sua área de formação), beneficiando um total de aproximadamente 40 mil professores em exercício na rede pública de Educação Básica, abrangendo 25 unidades federadas.

Quadro 2: Programa Parfor. Ano de criação: 2009.

Fonte: Adaptado de Capes (2015).

Objetivo	O Programa de Consolidação das Licenciaturas, Prodocência, fornece um apoio financeiro a instituições de ensino superior que desenvolvam atividades de formação para professores das licenciaturas, com o estímulo ao desenvolvimento de metodologias inovadoras.
Resultados	No Prodocência, são apoiados atualmente 47 projetos de instituições federais e estaduais de educação superior. No Edital 2010, foram apoiados mais 74 projetos.

Quadro 3: Programa Prodocência. Ano de criação: 2008.

Fonte: Adaptado de Capes (2015).

Objetivo	O Programa Novos Talentos tem como objetivo apoiar propostas para a realização de atividades extracurriculares para professores e alunos da educação básica, tais como cursos e oficinas, visando à disseminação do conhecimento científico, ao aprimoramento e à atualização do público-alvo e à melhoria do ensino de ciências nas escolas públicas do país.
Resultados	Nos Novos Talentos, foram aprovados projetos de 62 instituições federais de educação superior, que representam 184 subprojetos e 657 atividades extracurriculares.

Quadro 4: Programa Novos Talentos. Ano de criação: 2010.

Fonte: Adaptado de Capes (2015).

Objetivo	O Observatório da Educação (Obeduc) é uma parceria entre a Capes, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, com o objetivo de estimular pesquisas em educação, a partir da base de dados do Inep, bem como promover articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de educação básica e estimular a produção acadêmica e a formação de cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado.
Resultados	De 2006 a 2013, foram apoiados 243 projetos no Brasil todo, havendo um investimento financeiro, de 2009 a 2013, de 72.273.442,13 de acordo com o relatório de gestão do OBEDUC (2013).

Quadro 5: Programa Obeduc. Ano de criação: 2006.

Fonte: Adaptado de Capes (2015).

Objetivo	O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (Life) possibilita a criação de espaços comuns para o desenvolvimento de projetos de formação de docentes com o objetivo de promover a integralização dos cursos e das disciplinas que são promovidos pelas instituições públicas de ensino superior.
Resultados	Com os editais 2012 e 2013, implantaram-se 254 laboratórios em instituições públicas de formação de professores.

Quadro 6: Programa Life. Ano de criação: 2012.

Fonte: Adaptado de Capes (2015).

Objetivo	O Programa Competências Socioemocionais tem como objetivo o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de inovação em rede que permitam a criação de estratégias para o desenvolvimento de competências socioemocionais aliadas à formação de profissionais do magistério, bem como à
----------	--

	melhoria da educação básica na rede pública.
Resultados	Foram aprovados 10 projetos no lançamento do primeiro edital em 2014, mas, em função da situação financeira, o recurso para a sua execução não foi disponibilizado.

Quadro 7: Programa Competências

Socioemocionais. Ano de criação: 2014.

Fonte: Adaptado de Capes (2015).

Objetivo	O Programa de Cooperação Internacional (STEM) – sigla para Science, Technology, Engineering and Mathematics – tem como objetivo possibilitar a troca de conhecimentos entre docentes e pesquisadores para incentivar a inovação curricular e a criação de novas estratégias na formação de professores da educação básica nas áreas de ciências e matemática.
Resultados	Tal programa foi iniciado no ano de 2015 com a publicação do 1º edital. Assim, 15 professores de 15 universidades diferentes vivenciarão tal experiência.

Quadro 8: Programa de Cooperação Internacional

STEM. Ano de criação: 2015.

Fonte: Adaptado de Capes (2015).

Paralelamente, o governo também realiza investimentos na formação docente coordenada pelo MEC, conforme apresentado no Quadro 9. Nas ações do MEC, observa-se a atuação diretamente com professores que atuam em áreas em que os alunos geralmente apresentam déficit, como alfabetização, língua portuguesa, matemática e ciências. Além disso, o governo tem estimulado a inclusão tecnológica do professor e do aluno em algumas de suas ações, numa tentativa de aproximar a escola dos avanços tecnológicos, proporcionando um enriquecimento das aulas e, conseqüentemente, uma evolução na aprendizagem do aluno.

Ação	Objetivo
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa	É um curso presencial de 2 anos para professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano. A metodologia propõe estudos e atividades práticas.
ProInfantil	É um curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal. Destina-se aos profissionais que atuam em sala de aula da educação infantil, nas creches e pré-escolas das redes públicas e da rede privada, sem fins lucrativos, e que não possuem a formação específica para o magistério.
Proinfo Integrado	É um programa de formação voltado para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à

	oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.
e-Proinfo	O e-Proinfo é um ambiente virtual colaborativo de aprendizagem que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem.
Pró-Letramento	Realizado pelo MEC em parceria com as universidades, o Pró-Letramento é um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. Estados e Municípios devem aderir ao programa se possuírem interesse.
Gestar II	O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar oferece formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais (do sexto ao nono ano) do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas. A formação possui carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 horas a distância (estudos individuais) para cada área temática. O programa inclui discussões sobre questões prático-teóricas e busca contribuir para o aperfeiçoamento da autonomia do professor em sala de aula.
Rede Nacional de Formação Continuada de Professores	A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores foi criada em 2004, com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos. O público-alvo prioritário da rede são professores de educação básica dos sistemas públicos de educação.

Quadro 9: Formação Continuada para Professores Coordenada pelo MEC

Fonte: Adaptado com base em MEC (2013).

É importante destacar que no ano de 2014 foi aprovada a Lei n. 13.005 (2014), que prevê metas para o Brasil no período de 2014 a 2024, e, nessas metas, novamente a formação de professores foi contemplada. As metas 15, 16, 17 e 18 apresentam ações voltadas diretamente aos docentes, e as metas 15 e 16 reforçam a importância da formação dos professores:

[...] Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos

profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (Lei n. 13.005, 2014, p. 12).

Verifica-se, com estas duas metas, a importância de garantir que sejam oferecidos cursos de formação inicial, no caso as licenciaturas, bem como a formação continuada para aqueles que estão em atuação. É importante frisar também que, no detalhamento da meta 15, a lei reforça a importância de se promover uma formação com preocupação nas práticas de ensino, nos estágios supervisionados, na reforma curricular dos cursos superiores de licenciatura, bem como promover uma maior articulação entre demandas escolares e acadêmicas.

Diante desse contexto, surge o Pibid como um programa que pode auxiliar nessa articulação entre a escola e as instituições de ensino superior, bem como proporcionar um envolvimento do licenciando com a prática docente. É importante esclarecer que o Pibid é um programa idealizado para promover a valorização e aprimoramento docente, envolvendo a sua formação inicial e continuada. Entretanto, esclarece-se que, por possuir esta concepção, caracteriza-se, de acordo com Ala-Harja e Helgason *apud* Cunha (2006, p. 8), como um conjunto de atividades organizadas para serem realizadas dentro de cronograma e orçamento específicos disponíveis para a implementação de políticas, ou para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis.

Esta característica e o aparato legal demonstravam uma preocupação governamental em tentar resgatar, valorizar a formação docente. Contudo, os cortes orçamentários que atingiram o Pibid e outros programas voltados para a melhoria da formação de professores e da qualidade da educação básica no ano de 2015 sugerem novamente um descaso com a educação

pública, gratuita e de qualidade, bem como inviabilizam a concepção de um programa. Assim, compreendemos ser importante realizar um estudo que analise, junto com os licenciandos que estão atuando no Programa e os que já participaram, se existe um reconhecimento da importância desse Programa e se ele é efetivo como uma política pública voltada para a formação de professores.

Metodologia

Neste estudo, optou-se por uma pesquisa de natureza quantitativa por proporcionar uma precisão sobre o contexto pesquisado. Conforme Michel (2009, p. 37), essa abordagem permite obter “[...] resultados exatos, comprovados através de medidas de variáveis preestabelecidas, [abordagem] na qual se procura verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, através da análise da frequência de incidências e correlações estatísticas”.

Escolheu-se como instrumento de investigação o questionário por acreditar, como Marconi e Lakatos (2005), que ele possibilita atingir o maior número de pessoas em pouco tempo, não sofre influência do entrevistador e algumas pessoas se sentem mais à vontade por causa do anonimato: o que elas não fariam a um entrevistador, escrevem. Optou-se, neste estudo, pela utilização de questões de múltipla escolha, construídas com perguntas com mostruário, em que, conforme Marconi e Lakatos (2005), “[...] as respostas possíveis são estruturadas junto à pergunta”, ou seja, a pessoa que vai responder ao questionário já possui algumas alternativas de respostas.

Construiu-se o questionário iniciando com uma apresentação sobre a pesquisa e informando a importância da participação de todos aqueles que participaram do Pibid de Química e Física do IF Sertão PE no período de maio de 2010 a fevereiro de 2013. Dividiu-se o instrumento em 5 questões. Tais questões foram construídas a partir dos objetivos definidos pela Portaria n. 260 (2010) referente às *Normas Gerais do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência*. Esse documento norteava o Programa no momento em que os licenciandos investigados o integravam. Vale destacar que, atualmente, existe um novo documento que atualiza e aperfeiçoa os objetivos do Pibid, bem como descreve os procedimentos para a participação no Programa a Portaria n. 096 (2013) que aperfeiçoa e atualiza

as normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

O questionário foi aplicado no período de 07 de maio a 07 de junho de 2015, de forma online. O pesquisador enviou um e-mail individual com o link para o questionário e explicou para os participantes qual o objetivo da pesquisa. Foram 107 e-mails enviados: 62 para alunos da Licenciatura em Química e 45 para alunos da Licenciatura em Física. Destes, apenas 3 retornaram, pois não estavam fazendo mais uso do e-mail. Assim, tentou-se localizar outro e-mail através da rede social Facebook e, com êxito na busca, foram encaminhados novos e-mails com o convite de participação na pesquisa para os alunos que possuíam um novo endereço eletrônico.

Durante o período em que o questionário esteve disponível, a pesquisadora se fez presente na reunião das coordenações dos subprojetos de Química e Física, solicitando a participação na pesquisa, bem como ressaltou o pedido individualmente na rede social de cada um dos envolvidos.

Diante dessa mobilização, conseguiu-se que, dos 107 alunos que participaram do Programa, 40 respondessem ao questionário, o que possibilita uma visão acima da média, visto que, de acordo com Marconi e Lakatos (2005), ao se utilizar o questionário em uma pesquisa, em média há um retorno de 25% do quantitativo total. A pesquisa em questão conseguiu um retorno de 37,38% dos alunos que participaram do Pibid na instituição no período de maio de 2010 a fevereiro de 2013.

Resultados

Acreditando que é fundamental compreender se existe um reconhecimento dos bolsistas do Pibid no que se refere ao Programa como uma política voltada para a formação e valorização de docentes, foram feitas cinco afirmações, e o licenciando deveria julgar se concordava totalmente; concordava; não concordava nem discordava; discordava; e discordava totalmente.

O gráfico 1 apresenta o resultado da afirmativa sobre o Programa incentivar a formação docente em nível superior para a educação básica. Constata-se, na análise do gráfico 1, que 90% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com esta afirmação, o que se caracteriza como um fator muito positivo para o Programa, ou seja, existe uma concordância dos licenciandos: as atividades

desenvolvidas estimulam o licenciando a seguir a carreira de professor da educação básica.

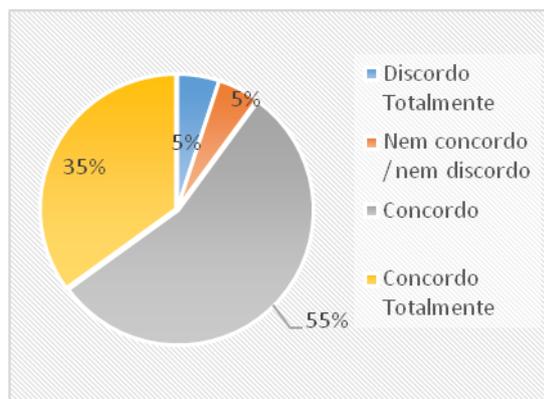


Gráfico 1. Incentiva a Formação
Fonte: Da autora.

No gráfico 2, tem-se o resultado à afirmativa de que o Programa contribui para a valorização do magistério. Somando-se os que concordam (42,5%) e os que concordam totalmente (27,5%), tem-se um quantitativo de 80% que acreditam que o Pibid é uma política pública que atua na valorização do magistério. Contudo, não se pode deixar de comentar que 17,5% nem concordam nem discordam, demonstrando dúvidas sobre este objetivo do Programa. E, se somados com os que discordam totalmente (5%) e discordam (7,5%), tem-se 20% dos respondentes que não acreditam na valorização do professor através do Pibid.

É um quantitativo baixo, se comparado aos 80%. Compreende-se, entretanto, que este resultado sinaliza a importância de proporcionar momentos de debates sobre a valorização docente: o que é um professor valorizado? Gatti, Barreto e André (2011) destacam em seus estudos que a valorização docente envolve as condições de trabalho, as perspectivas de carreira e o salário. Infelizmente, não foi possível, com este trabalho, perceber no Programa ações voltadas a essas questões.

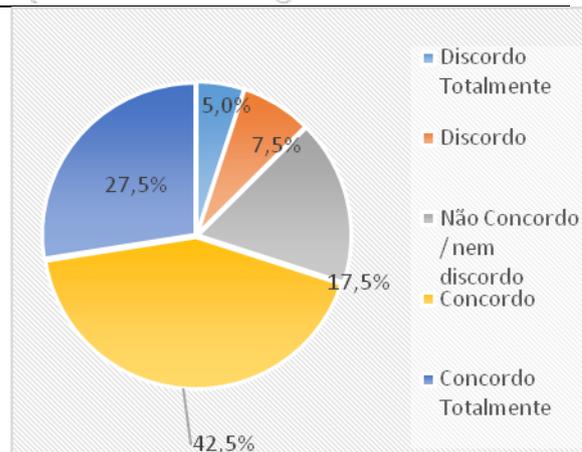


Gráfico 2. Valorização do Magistério
Fonte: Da autora

Quando questionados se o Programa eleva a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica, de acordo com o gráfico 3, 52,5% concordam e 42,5% concordam totalmente, perfazendo um total de 95%. Isso demonstra que, neste quesito, o Pibid vem tendo um índice de satisfação muito bom, atendendo ao proposto em seus objetivos, como se evidencia no gráfico 3.

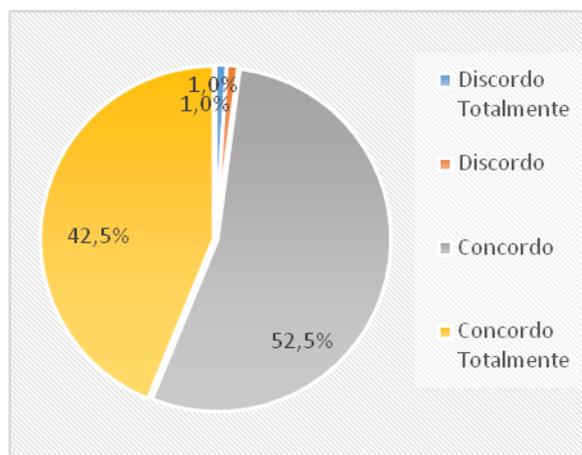


Gráfico 3. Eleva a qualidade da formação inicial
Fonte: Da autora

No gráfico 4, temos um resultado bastante similar ao do apresentado no gráfico 4: 95% dos respondentes também afirmaram concordar que o Pibid insere o licenciando no cotidiano escolar da rede pública de educação, proporcionando-lhe oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados nos processos de ensino e aprendizagem. Contudo, percebeu-se também

que o quantitativo de alunos que concordam totalmente foi maior que a metade dos alunos respondentes, 57,5%, demonstrando que, quando se refere ao licenciando se perceber no cotidiano escolar, o programa do IF Sertão PE consegue inseri-lo.

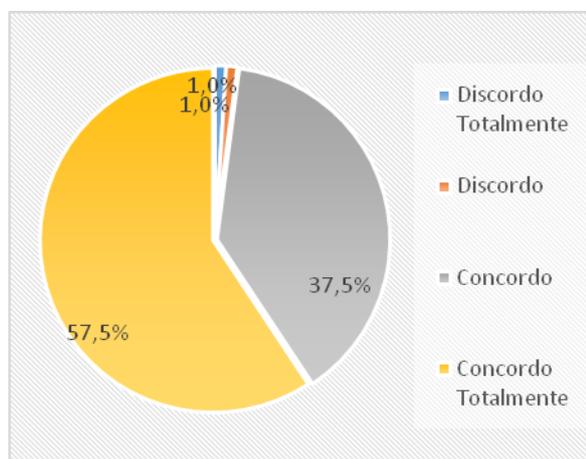


Gráfico 4. Insere os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação

Fonte: Da autora

Por fim, quando se questionou se o Pibid contribui para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura, 90% dos licenciandos concordam ou concordam totalmente, como pode ser verificado no gráfico 5.

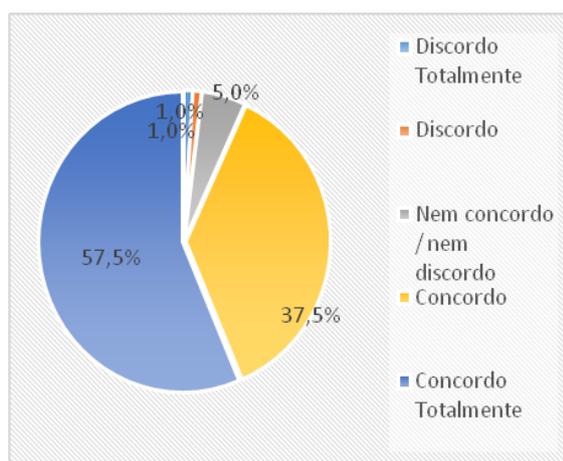


Gráfico 5. Articulação entre teoria e prática

Fonte: Da autora

Analisando conjuntamente os gráficos 1, 2, 3, 4 e 5, na percepção do grupo, o Pibid tem uma boa aceitação como uma política pública de formação docente, bem como de valorização. Entretanto, como comentado anteriormente, a valorização docente ultrapassa as ações

desenvolvidas pelo Pibid, sendo necessárias ações em outras amplitudes, como infraestrutura da escola de educação básica e salário dos professores, o que interfere diretamente no reconhecimento do docente como um profissional.

Cumprido salientar, ainda, que, em 2013, foi publicada uma nova normativa sobre o Pibid, a Portaria n. 096 (2013) que aperfeiçoa e atualiza as normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, a qual apresenta uma atualização nos objetivos do Programa, inserindo a importância da reflexão sobre a cultura escolar do magistério, os saberes e peculiaridades do trabalho docente. Percebe-se, com tal mudança, uma evolução do Programa por reconhecer a escola como um ambiente com características culturais próprias, que, muitas vezes, emergem da comunidade inserida naquele ambiente, bem como a importância de reconhecer os saberes necessários à profissão de professor e as peculiaridades da profissão que emergem a partir deste ambiente escolar, indo além, muitas vezes, do que está descrito nas literaturas sobre a temática.

Considerações finais

Este estudo permitiu compreender a percepção dos licenciandos dos cursos de licenciatura em Química e Física do IF Sertão PE sobre o Pibid como uma política pública voltada para a formação e valorização de professores. Segundo os resultados, com aceite de 90% ou mais, é notório que o Programa incentiva a seguir a carreira docente; eleva a qualidade da formação inicial do licenciando ao inseri-lo em atividades que proporcionam reflexões sobre metodologia, tecnologia, prática e ensino e aprendizagem; e propicia uma articulação entre a teoria e a prática.

No que se refere à valorização do magistério, há 80% de concordância. Tal resultado não é ruim, no entanto ele sinaliza que, ao se falar de valorização docente, não se pode visualizar a realização de um programa com distribuição de bolsas para estímulo à participação, mas devem existir ações concretas que disponibilizem aos professores um ambiente de trabalho adequado, uma infraestrutura mínima de qualidade e de recursos, bem como investimento em capacitação dos professores, disponibilização de horas para planejamento na jornada de trabalho e um salário digno, considerando a complexidade da profissão. Ações como estas podem valorizar a formação.

Portanto, com tais resultados, compreende-se que o Pibid é considerado pelos licenciandos uma política pública de formação e valorização docente, entretanto são necessários amadurecimentos em algumas ações do Programa uma vez que nem todos os licenciandos dos cursos têm acesso ao Programa, o que pode gerar uma exclusão destes de atividades que poderiam ser comuns e que proporcionariam uma melhor formação, como a inserção do aluno na realidade escolar.

Referências

Capes (2015). *Formação de professores da educação básica*. Recuperado em 30 junho, 2015, de <http://www.capes.gov.br/educacao-basica>

Cunha, C. G. S. da. (2006). *Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil*. Recuperado em 01 setembro, 2015, de <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper29.pdf>

Gatti, B. A., Barretto, E. S. de S., & André, M. E. D. de A. (2011). *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília, DF: UNESCO, 2011.

Hargreaves, A. (2003). *O ensino na sociedade do conhecimento: a educação na era da insegurança*. Portugal: Porto Editora.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado em 29 de outubro, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. (2001). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Recuperado em 25 agosto, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm

Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Recuperado em 25 agosto, 2016, de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2005). *Fundamentos de metodologia científica*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Maués, O. C. (2003). Reformas internacionais da educação e formação de professores. *Cadernos de Pesquisa*, 118, 89-117. Recuperado em 25 agosto, 2016, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100005

MEC (2013). *Formação continuada para professores*. Recuperado em 25 agosto, 2016, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18838&Itemid=842

Michel, M. H. (2009). *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para o acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Portaria n. 096, de 18 de julho de 2013. (2013). Recuperado em 25 agosto, 2016, de http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf

Portaria n. 260, de 30 de dezembro de 2010. (2010). Recuperado em 25 agosto, 2016, de https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria260_PIBID2011_Nom asGerais.pdf

Recebido em: 25/11/2015

Aceito em: 18/05/2016